

PEDAGOGIA DO FRAGMENTO NO ENSINO DE HISTÓRIA. OU COMO APRENDER COM OS ESCOMBROS?

ALINE MONTENEGRO MAGALHÃES

CARINA MARTINS COSTA

*Já não coleciono selos. O mundo me inquizila.
Tem países demais, geografias demais.
Desisto.
Nunca chegaria a ter um álbum igual ao do Dr. Grisolia,
orgulho da cidade.
E toda gente coleciona
os mesmos pedacinhos de papel.
Agora coleciono cacos de louça
quebrada há muito tempo.
(...)*

Carlos Drummond de Andrade, 1979

Cacos em tela

As reflexões aqui compartilhadas, produzidas em momentos distintos, podem ser compreendidas como uma coleção de cacos, que procuram inspirar caminhos para o Ensino de História, ainda percebido por muitos como narrativa total de um passado. Originalmente, os fragmentos textuais foram exibidos nas páginas do *blog* “Exporvisões”, que criamos em maio de 2019 como uma estratégia de exposição virtual de inflexões, experiências e miradas afetivas sobre museus, patrimônio e educação.

Ao escrever esses cacos teóricos, enfrentamos um período difícil para a vida e a memória, com a pandemia do novo Coronavírus e as investidas racistas contra indígenas e negros, além da violência ascendente contra a mulher e a natureza. O assassinato de George Floyd pelo policial branco Derek Chauvin nos Estados Unidos impulsionou um forte debate sobre derrubar ou não estátuas de personagens históricos que tiveram sua trajetória ligada ao passado colonial e, principalmente, escravista. A derrubada e o lançamento ao rio da estátua do comerciante de escravos Edward Colston, na Inglaterra, no curso das manifestações lideradas pelo movimento *Black Lives Matter* de repúdio ao assassinato, repercutiram, e ainda repercute, de várias maneiras pelo mundo.

Aqui no Brasil, embora monumentos tenham sofrido intervenções, não houve registro de derrubada ou remoção de estátuas motivadas pela causa antirracista. Ameaças pairaram no ar e o debate ganhou espaço nas mídias digitais e nas redes sociais.¹ Outras questões se assomaram às reflexões iniciais: quem tem direito à cidade? Museu é lugar de estátua? Os museus preservam o que queremos ou o que não queremos mais? O que sobra da destruição? Como educar a partir de fragmentos? O artigo a seguir, embora escrito sob a inspiração de perguntas dessa natureza, não oferece respostas, mas é um convite para pensar sobre elas e, quem sabe, estimular a elaboração de mais perguntas.

A nossa coleção de cacos reuniu também dores de rupturas. Refletimos sobre a perda avassaladora do Museu Nacional pelo incêndio de 2018; o assassinato de Floyd e a revolta contra as estátuas vinculadas ao escravismo e as tintas patrimoniais que muitas vezes embranquecem e apagam as marcas de sangue (CHAGAS, 2006). Como disse o poeta “cacos novos não servem. Brancos também não”.

Convidamos então os/as professores/as de História a pensar na singularidade das fontes materiais, em contextos museais ou citadinos, para que as escolas sejam territórios de produção, difusão e conhecimento de memórias e também de esquecimentos; de narrativas a partir de fragmentos; de alargamento de horizontes de esperança.

¹ No *blog Exporvisões* fizemos uma série com o título “Memórias em disputa, monumentos em litígio”, composta por artigos de diferentes autores que compartilharam seus estudos, experiências e reflexões sobre o tema. A série, que abrangeu o período de 15 de junho a 25 de julho de 2020, contou com oito artigos. Entretanto, o tema não se esgotou com a série, retornando às telas do blog em outros momentos. Disponível em: <http://www.exporvisoes.com>. Acesso em 29 abr 2021.

Um museu e seus cacos

Reflexões sobre o deslocamento para os museus de monumentos indesejados na cidade foram compartilhadas em *webnários* como o I Ciclo Virtual de Debates – ProfHistória 2020. Se praças e ruas não são espaços dignos para ostentarem *personas non gratas*, a saída seria seu confinamento em um museu? Não foram poucas as sugestões nesse sentido. Solução conciliadora, porque embora solucionasse o problema da injusta ocupação do espaço público, evitava-se falar em destruição, sendo o caminho do museu compreendido como outra forma de conservação.

Tomando o Museu Histórico Nacional como referência, algumas perguntas deram início à conversa: qual seria o papel do museu nesse caso? Um esconderijo? Um castigo? Um depósito de coisas que não se quer mais? Outro lugar de celebração?

É possível que a ideia de que museu é lugar de coisas velhas, que não se deseja mais, estivesse fundamentando a sugestão de destinar estátuas e monumentos contestados para lá. Mas museu não é isso. Como templo da memória ou laboratório da história (MENESES, 1993), é um lugar voltado para a pesquisa, preservação e a divulgação justamente do que se deseja lembrar, e não esquecer; do que se quer conhecer e reconhecer. Então, se o monumento não tem mais valor para ocupar o centro urbano, porque teria dentro do museu? O que se espera do museu como nova morada de personalidades em pedra ou em bronze que perderam seus postos nas praças e ruas?

No Museu Histórico Nacional não há estátuas nem fragmentos de destruição ou remoção dessa natureza. Há modelos de bustos e conjuntos escultóricos, cuja versão final até hoje ocupa o espaço público, a exemplo dos estudos de Louis Rouchet para compor a estátua equestre de D. Pedro I, na atual Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro. São três índios representando os principais rios do Brasil: o Madeira, o São Francisco e o Paraná. Há ainda modelo escultórico em gesso que não chegou a virar bronze, como por exemplo o produzido pelo artista Francisco Manuel Chaves Pinheiro, que representa d. Pedro II em um cavalo, em alusão ao episódio da Guerra da Tríplice Aliança conhecido como a “Rendição de Uruguaiana”. Embora tenha gostado do que viu, o Imperador não autorizou sua realização, destinando o dinheiro que seria gasto em tal feito para a construção de escolas (KNAUSS, 2010).

Em relação a vestígios de vandalismo e destruição, lembramos o quadro de d. Pedro II, cujas marcas do golpe de espada na face foram consideradas troféu da vitória da República contra a monarquia e, também por isso, preservadas de alguma forma. Nos estudos de Gabriela Fonseca (2019) o quadro provoca questionamentos sobre a função dos museus em explicitar conflitos e rupturas, quando geralmente o que impera é o apaziguamento

e o encadeamento linear e evolutivo dos fatos. O objeto é alvo de reflexões sobre ações educativas que geram incômodos, como o próprio estranhamento com a obra parcialmente restaurada, expondo suas cicatrizes. Está no cerne de mediações, com os visitantes, que estimulam a crítica e a ação para além das posturas de contemplação, compreensão e preservação do patrimônio. Afinal, nem sempre vale a prerrogativa de se conhecer para preservar, como indica o manual de educação patrimonial (HORTA; GRUNBERG, 2006). No caso das estátuas refutadas, é justamente o conhecimento que mobiliza seu deslocamento, suas intervenções e até mesmo sua destruição.

Conhecer biografias de personagens monumentalizados e episódios históricos enaltecidos em monumentos; identificar suas relações com um passado opressor que moldou, de certa forma, o nosso presente; atacar essas memórias, são formas de romper silenciamentos e invisibilidades das mazelas daqueles momentos que ainda são sofridas atualmente.

Já no que se refere a rastros e restos, o que há no MHN são vestígios de arquitetura de destruições empreendidas pelo poder público, nos processos de adequação das cidades aos padrões de modernidade em jogo. Pia de água benta que integrava a primeira Sé da Bahia, de finais do século XVI, destruída para dar lugar aos trilhos dos bondes que nem chegaram a passar pela área. Aldrava da casa onde teria residido Marília de Dirceu, retirada pelo próprio diretor à época, Gustavo Barroso, antes que a edificação viesse ao chão para dar lugar a uma escola, em Ouro Preto (MG). Pedras do Convento d'Ajuda derrubado para a construção de um hotel onde hoje está a praça Floriano Peixoto, mais conhecida como Cinelândia, no Rio de Janeiro, como também, azulejos do Convento dos Jesuítas, entre tantos fragmentos do Morro do Castelo, derrubado entre 1922 e 1928.

Detenhamo-nos ao desmonte do Morro do Castelo e seus vestígios musealizados, porque consistiu em uma ação violenta do poder público, não só de destruição do patrimônio ali preservado, como o Forte do Castelo, Igreja e Convento dos Jesuítas, mas, principalmente, pela remoção dos seus moradores, aos quais estava sendo negado o direito à moradia numa área central da cidade (PAIXÃO, 2008). Em nome de um “progresso”, o antigo bairro da Misericórdia estava se transformando em escombros e uma vitrine de arquiteturas efêmeras, como a grande Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, que entre 1922 e 1923 ocupou parte desses vazios.

O MHN coletou vestígios das edificações ligadas ao Estado, como fragmentos da Fortaleza do Castelo e à Igreja, como o frontal da Igreja dos Jesuítas e os azulejos do convento. Dos antigos moradores ficaram algumas vozes gravadas, que atualmente integram o acervo do Museu da Imagem e do Som. Contudo, nenhuma telha do telhado, nenhum tijolo de parede

foram preservados, o que invisibiliza essas pessoas que viviam ali no século XX, aprisionando a representação da antiga colina aos tempos coloniais.

À coleção de fragmentos do Morro do Castelo, juntou-se, em 2018, a do Museu das Remoções, que reuniu destroços das casas dos moradores da Vila Autódromo, Rio de Janeiro. Moradores removidos, que sofreram violência física e assistiram à destruição de suas residências pela prefeitura. Empenhado nas obras de preparação da cidade para a realização das Olimpíadas de 2016, o poder público recompensou o capital privado com o estímulo à especulação imobiliária e à *gentrificação* dos espaços, que ficam para a cidade como “legado” do evento esportivo. (TEIXEIRA, 2020, p. 237)

Constituída por revestimentos de paredes, basculantes, bomba d’água, relógio de luz, azulejos de piscina, dentre outros, a coleção do Museu das Remoções, assim como os fragmentos do Morro do Castelo, são documentos históricos com os quais podemos conhecer processos de expulsão de comunidades de espaços da cidade, em diferentes temporalidades. São vestígios que, com sua pedagogia, nos ensinam sobre as lutas por moradia, o direito à cidade e a criminalização da pobreza, enriquecendo as abordagens sobre a história representada no MHN e expondo conflitos e marcas de sangue que jamais devem ser apagadas. Ensinam também sobre a seleção do que deve ser preservado nos museus em diferentes momentos de destruição e desmontes urbanos. Consistem em indícios das ideias de progresso colocadas em pauta para definir ocupações e territorialidades. Segundo a filósofa americana Susan Buck-Morss

Se o “progresso” dá lugar a um incessante amontoado de escombros, isso se deve à continuação do mesmo – destruição bélica, exploração econômica e transformação do outro de uma coletividade histórica em bode expiatório: o inimigo político a ser exterminado. Interromper a repetição interminável do mesmo exige que se lembre o passado através dessas inumanidades, das quais neste exato momento cada um de nós é cúmplice (BUCK-MORSS, 2018, p. 27).

Dialogando com a autora, consideramos que o colecionamento de rastros e restos em museus é um caminho para interromper ciclos de dominação e opressão. Pode gerar questões, inquietações, abrindo espaço para uma pedagogia transgressora, segundo as práticas partilhadas por bell hooks (2017)

E as estátuas? Pois bem, consideramos que sua presença na cidade seja a melhor decisão. É mais potente, justamente por incomodar. Sua remoção esvazia as possibilidades de múltiplas leituras e relações, entre as quais, as diversas intervenções que denunciam, ensinam e atribuem outros valores ao monumento, desestruturando o seu poder simbólico, que Knauss reconhece em sua tese de doutorado (1998), sobre as estruturas sociais e as paisagens urbanas. Explicitar as disputas é sempre uma possibilidade de provocar a

reflexão e a participação que engendram mudanças na sociedade a partir da contestação de identidades consolidadas e construção de outras, mais inclusivas, mais plurais.

Mas, e se por acaso acontecer de chegar alguma estátua, inteira ou destroçada, no museu? Acreditamos que não será castigada, escondida ou celebrada, mas sim, exposta como vestígio das tensões e conflitos, um documento sobre as disputas de memória e as lutas por reparação histórica. Com sua pedagogia, juntar-se-á aos fragmentos de arquitetura, a nos ensinar sobre projetos, escolhas, lutas contra violências e injustiças do passado, que insistem em se fazer presentes, fragmentando a sociedade em desigualdades e negação de direitos. Afinal, é com vestígios do passado e do presente que escrevemos história, por isso, os cacos, rastros e restos nos interessam.

As labaredas que nos queimam

*toma este fragmento de memória
é ferro em brasa o mundo da lembrança
e o esquecimento é nuvem gorda
pronta para desabar*

Mário Chagas, 2008

Dia 2 de setembro de 2018 foi a data fatídica do incêndio do Museu Nacional e ainda nos sentimos chamuscadas. Era um misto de revolta e incompreensão pela altura das chamas, pela precariedade, pela impotência em ver nosso patrimônio arder sem resistência. Em resposta ao ocorrido, no dia 11 de setembro, o governo de Michel Temer apresentou a proposta da extinção do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e criação da Agência Brasileira de Museus (ABRAM), vendo nesse episódio “uma janela de oportunidades” para acentuar o desmonte de políticas públicas para cultura, educação e patrimônio no Brasil. As resistências acabaram por manter o Instituto, embora de lá para cá seja claramente perceptível a desvalorização das políticas patrimoniais no Brasil.

O que nós, professoras e professores de História, que tantas vezes levamos nossos estudantes ao Museu Nacional, faremos com essas cinzas? O que fazer, anos depois, para lidar com essa perda e ressignificar o que permaneceu? Como impedir que a nuvem gorda do esquecimento caia sobre as cinzas ainda quentes? Importante lembrar que o Museu Nacional foi pioneiro em criar a Seção de Assistência ao Ensino na década de 1920, sendo

responsável pela formação continuada, produção de materiais pedagógicos e inúmeras publicações e eventos sobre o tema.

Em primeiro lugar, precisamos refletir: o que queima quando queima um museu? Queimam objetos? Queimam papéis e livros? Queimam memórias? Queimam prédios? Afinal, o que é um museu?

Vamos abordar o tema em três momentos: luzes, fogos e contrafogos. Começemos pelas luzes. São faróis para iluminar esse debate. Quais são os sentidos de um museu no contemporâneo, onde tudo é tão fugaz, descartável? Funcionarão como âncoras de nossa memória? O debate é complexo, mas podemos destacar a busca incessante, por parte de profissionais engajados, na demarcação da função social dos museus. Eles devem servir como fóruns, plataformas de perguntas, cenários para visibilização de outros passados e, portanto, outros futuros. Um museu não é o prédio, não é a coleção, não é o que vemos. Museus são instituições muito complexas que acumulam saberes, fazeres, sentimentos. As reservas, bibliotecas, arquivos e laboratórios são fontes inesgotáveis de produção científica, de encontro com memórias, de descobertas e de ressignificações. Os museus não são neutros e sua própria historicidade nos leva a pensar sobre escolhas, métodos, paradigmas científicos, relação com a comunidade, representação de culturas, dentre outros elementos. Os museus preservam sementes de futuros esquecidos, ou seja, projetos derrotados ou silenciados, que podem irromper em outras temporalidades com sua força e potência. Guardam parte de nossa ancestralidade, que pode ser acionada de formas imprevistas. São luzes, embora, claro, tenham muitas sombras.

Fogos. Muitas labaredas. Impressiona a altura que chegaram, a velocidade, a intensidade. Quais foram os fósforos? Os detonadores dessa destruição? Podemos pensar em falhas mecânicas e humanas. Sim, houve alguma fagulha. Mas e o fogo? O que explica o fogo? O Museu não tinha projeto de segurança? Portas corta-fogo? Por que os hidrantes estavam vazios? Quanto tempo demorou para jogar água? Não havia um plano e treinamento para evacuar rapidamente as coleções? São tantas perguntas e, anos depois, alguns indícios. O primeiro tem a ver com o profundo desfinanciamento que o Museu Nacional vinha enfrentando. Há o desprestígio político: ao comemorar seu bicentenário, nem o presidente nem qualquer ministro de estado compareceu. O que nos faz pensar sobre o lugar da arte, cultura e educação no cenário de aprofundamento do neoliberalismo conservador no Brasil. “O que eu posso fazer agora que queimou” ou “vamos remontar esse museu da forma como era, ainda melhor” foram palavras que escutamos, atônitas, na semana do incêndio. Uma profunda ignorância sobre o que era o Museu Nacional. O incêndio destruiu grande parte do patrimônio de nosso planeta, não só da humanidade. Ali tínhamos registros geológicos e paleontológicos, coleções de Mineralogia, Zoologia, Entomologia. Perdemos

esses registros que projetavam nosso olhar para um passado longínquo, como para futuros a serem criados.

É um importante caso para sala de aula: refletirmos o papel do Estado na defesa do bem comum, na construção de políticas de patrimônio e na valorização da pluralidade cultural. Consideramos também uma oportunidade para pensar as dimensões de memória e esquecimento. Todo museu esconde sua marca de sangue, como já nos lembrava Mário Chagas (2006). O Ensino de História pode oferecer ferramentas para ler não somente as perdas de 2018 e como impactam nossa memória, como também, na própria historicidade do Museu, como a valorização de algumas memórias produziu também esquecimentos. Pensar, portanto, o patrimônio como campo de tensão, em processo, não como essência dada e preservada. (GONÇALVES, 2015)

Contrafogos. Como pensar resistências a um profundo processo de desmonte do patrimônio nacional? Pierre Bordieu (1998) propôs táticas para o enfrentamento da política neoliberal. O caminho por ele apontado, naquele momento, era a construção de uma nova ordem social voltada aos interesses coletivos e à manutenção de um Estado “supranacional”, que controlasse os lucros realizados nos mercados financeiros. Em relação aos museus, o que poderíamos apontar? Em primeiro lugar, a defesa por seu caráter público e estatal, autônomo em relação às pressões de mandatos. Que acionemos sua potência, que ocupemos seus espaços, que disputemos seus discursos. Que investiguemos suas coleções, que promovamos encontros entre saberes, que eduquemos para a ativação de múltiplas memórias. Que divulguemos para toda população seu acervo, suas pesquisas, seus saberes. Que exerçamos diálogos produtivos e construamos, coletivamente, intervenções, transformações, acomodações, intersecções entre Museu e sociedade, nas dobras dos tempos, na projeção de futuros mais auspiciosos para as Humanidades.

Esse debate em sala de aula pode fomentar o aprendizado de conteúdos atitudinais importantes: como pensar a partir da complexidade de interesses e a pluralidade de agentes envolvidos na preservação do patrimônio? Como ler as atuais políticas públicas que avançam no desmonte do Estado como representante do interesse comum? Quais as estratégias já foram mobilizadas ou poderão ser construídas em defesa do patrimônio? Francisco Régis Ramos aponta que:

Cabe ao Ensino de História o interesse de focar os modos pelos quais o passado, em determinada situação histórica, é disputado, seduzido e conquistado. O passado, afinal, não é simplesmente aquilo que passou, e sim uma complexa composição subordinada aos interesses de quem aciona os jogos da memória. (RAMOS, 2020, p. 70)

Nesse caso, acrescentamos às palavras do autor: a camada de cinza e escombros do Museu interessam, igualmente, como objeto de estudo e reflexão.

As labaredas que nos queimam. É a humanidade que perdeu acessos a suas memórias mais ancestrais. Dói saber, no caso particular da História, que ali estavam a serem descobertos, por meio de novos olhares e paradigmas, outras formas de interpretar os passados indígenas e africanos. Dói saber que grande parte da coleção era desconhecida. Dói saber que nem pudemos fazer o luto: a polícia jogou bombas de gás no dia seguinte nas pessoas que foram se despedir do Museu. Tudo dói e essa ferida ainda está longe de fechar.

Arqueologia de um resgate em exposição

*(...) Cacos novos não servem
Branco também não.
Têm de ser coloridos e vetustos,
desenterrados – faço questão – da horta.
Guardo uma fortuna em rosinhas estilhaçadas,
restos de flores não conhecidas.
Tão pouco: só o roxo não delineado,
o carmezim absoluto,
o verde não sabendo
a que xícara serviu.
Mas eu refaço a flor por sua cor,
e é só minha tal flor, se a cor é minha
no caco da tigela (...)*

Carlos Drummond de Andrade, 1979

A caminhada entre o MHN, na Praça Marechal Âncora e o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), próximo à Praça XV, na última sexta-feira de abril, lembrou o caminho percorrido das grades da Quinta da Boa Vista até o edifício do Museu Nacional, naquele triste 3 de setembro de 2018. Como é sabido, na noite anterior o palácio ardia em chamas e, ali numa manhã de segunda-feira, uma procissão chegava como que para velar um morto. Muitas lágrimas, o desespero por tantas perdas e o cenário desolador de uma ruína exalando fumaça e o cheiro forte de queimado. O incêndio continuava em nosso peito angustiado.

Mas a Exposição Arqueologia de um resgate, no CCBB, fez perceber que o Museu Nacional não havia morrido com as labaredas que consumiram grande parte do seu prédio e seu acervo, justamente porque ele não se restringe

ao prédio e ao seu acervo. Tem pesquisa produzida, tem histórias registradas e, principalmente, um corpo de funcionários que dão continuidade ao seu funcionamento. Graças ao cuidadoso e competente trabalho de resgate e de pesquisa do que sobrou da tragédia, realizado pelas diferentes equipes, foi possível recuperar vestígios sob as cinzas e os escombros. Por isso, “O Museu Nacional Vive!” foi o nome dado à exposição dos objetos recuperados e apresentados em vitrines. Não apenas por essa coleção simbolizar a vida do museu, mas pelo fato de haver muita vida a pulsar nos intensivos esforços de avaliação dos estragos, de recuperação do que sobrou e de produção de novos conhecimentos a partir da experiência traumática.

Ocupando duas salas do segundo andar do CCBB, a exposição apresentava 180 itens, sendo que apenas 103 foram retirados das cinzas e os demais não sofreram danos por estarem em outras instituições no dia. Embora essa quantidade supere a expectativa daqueles que, acompanhando a tragédia pelas telas da TV, do celular ou do computador, achavam que só o meteoro de Bendegó resistiria ao fogo, nos faz pensar sobre a dimensão da perda. Afinal, o que significa uma centena de objetos frente aos milhões ali preservados ao longo de 200 anos de trajetória da instituição? E o que restou desse acervo foi organizado por áreas do conhecimento, quais sejam, etnologia, antropologia, arqueologia, paleontologia, vertebrados, invertebrados, entomologia e geologia, lembrando a expografia do Museu Nacional antes do incêndio.

Mirar os objetos nas vitrines causou grande dor, mas também alegria. A dor pelos danos sofridos e a alegria por estarem ali, não terem desaparecido. Alguns objetos eram apresentados com legendas mostrando imagens de como eram antes, possibilitando-nos mensurar os estragos causados por seis horas de fogo. Materiais como cerâmica, ferro e vidro fundiram-se, dando outra composição aos objetos. Cores foram alteradas e muitas de suas pinturas e inscrições, apagadas. Os danos do fogo passam a marcar indelevelmente a história desses objetos. Seriam novos objetos?

Pesquisas foram interrompidas com a tragédia, mas outras surgiram no caminho. Indesejadas, sim, porém necessárias, pois são investigações sobre o impacto do incêndio no acervo, nas estruturas do MN e na produção do conhecimento. É o que demonstra a última parte da exposição, cujo texto final termina com a frase “Frente aos desafios, a pesquisa se transforma, mas não retrocede”.

Enfim, ao visitar a exposição, miramos os vestígios da destruição que também são provas da sobrevivência, são documentos da tragédia e podem nos ensinar por meio do luto... Afinal, são presenças que remetem a ausências, a perdas, que “tornaram o mundo mais pobre e vazio” (FREUD, 2004, p. 91). A perda da própria integridade dos objetos que o fogo tornou irrecuperável. O Museu Nacional vive? Vive, mas indelevelmente marcado pelas labaredas

que insistem em queimar. Cabe a nós vivermos a transformar o luto em luta. Pelo direito ao passado, pelo direito à memória.

Bricolagem

*(...) O caco vem da terra como fruto
a me aguardar, segredo
que morta cozinheira ali depôs
para que um dia o desvendasse.
Lavar, lavar com mãos impacientes
um ouro desprezado
por todos da família. Bichos pequeninos
fogem do revolvido lar subterrâneo.
Vidros agressivos
ferem os dedos, preço
de descobrimento:
a coleção e seu sinal de sangue;
a coleção e seu risco de tétano;
a coleção que nenhum outro imita.
Escondo-a de José, por que não ria
Nem joque fora esse museu de sonho.*

Carlos Drummond de Andrade, 1979

A História e seu ensino, muitas vezes, escavam o ouro desprezado. Em uma perspectiva historiográfica renovada, as camadas de esquecimento podem ser lavradas com cuidado e paciência pelas mãos do/a historiador/a. Sabemos quanto desse trabalho tem sido fundamental para o reconhecimento da pluralidade de formas de acessar, interpretar e narrar o passado.

Quais seriam os sinais de sangue presente no museu? Quais são os riscos de tétano que nós enfrentamos em nosso ofício? O Ensino de História, concebido aqui também como dimensão do historiar, atua de forma indiciária: por meio de fontes, procura ler a contrapelo, perceber silêncios, contextualizar, comparar e hipotetizar, tendo em vista também o próprio ato de documentar e preservar como tentativas de inscrições permeadas por poder. Atuamos, tal como o poeta, com cacos. São vestígios que permaneceram por processos de escolhas, projetos, desejos ou mesmo fortuitamente. Nos casos aqui analisados, percebemos também descaso, ausência de direitos, apropriações, mutações. De fragmentos de estátuas aos objetos queimados, temos uma vasta gama para

ensinar e aprender a pensar historicamente, no enfrentamento de questões contemporâneas que marcam nossos dedos com o medo da morte².

Susan Buck-Morss analisa que

os fragmentos históricos são o resto de uma explosão. Liberados pela explosão de memória oficial, os fragmentos da história são preservados em imagens. Eles retêm a proximidade da experiência original e, com ela, a ambiguidade. Seu significado é liberado somente em uma constelação com o presente. (BUCK-MORSS, 2018, p. 28)

As reflexões da autora nos ajudam a pensar como os museus, em sua historicidade, são e foram depósitos de barbárie e seleção. A explosão literal do Museu Nacional nos ajuda a perceber o que a autora aponta como desafio do “presente”, na chave da dádiva, do passado. E, para o Ensino de História, reforça o sentido do método retrospectivo, de partir do presente para tensionar e vibrar as temporalidades, na perspectiva de liberação, sempre em disputa, do significado.

Sabemos, ao contrário do olhar infantil da criança presumida no poema, em nenhum caso há sentido em si, imanente. Como nos alerta Francisco Régis: “(...) a saída, desse modo, não seria o esquecimento, ou simplesmente o acirramento dos combates mnemônicos, mas a história atenta a esse processo social e conflitivo dos modos pelos quais as recordações circulam ou deixam de circular” (RAMOS, 2020, p. 88). Cabe aos museus, na sua função social de promover a memória assim como produzir e divulgar a história, tornar fontes de conhecimento aquilo que foi escolhido para nunca se esquecer, bem como lidar com a reflexão crítica sobre os próprios processos de construção da identidade e seu papel como lugar de memória. Ao fim e ao cabo, o Museu não fugirá ao compromisso de contar a sua própria história no esforço contínuo de construção do passado e do próprio presente. Dessa forma, professores/as de História podem também escavar os cacos dessa historicidade.

Assim, o olhar para fragmentos e escombros pode permitir a polifonia e o trabalho sobre esquecimentos e silenciamentos. Nesse sentido, professores/as podem explorar o quanto o silêncio também nos ensina. Seja pela destruição

²Vale mencionar que, recentemente, foi ventilada a ideia de transformação do prédio do Museu Nacional em palácio dedicado à memória da família imperial, o que enterraria de vez a instituição como lugar de pesquisa e produção do conhecimento. Graças à pressão contrária da sociedade civil e, principalmente, da comunidade acadêmica, a proposta foi enterrada logo após anunciada. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/trineto-de-dom-pedro-ii-promete-lutar-contra-transformacao-do-museu-nacional-em-centro-de-memoria-da-familia-imperial-24947383.html>. Acesso: 7 mai 2021.

Há poucos dias, 7 casas foram demolidas, na Favela da Maré, pelo poder municipal. Com a justificativa de garantir a segurança do lugar, principalmente da Linha Vermelha, junto à qual estavam as construções, famílias foram removidas sem aviso prévio e sem chances de reagir, aumentando a estatística de desabrigados, que tanto cresce nesses tempos pandêmicos. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/05/prefeitura-do-rio-faz-demolicao-de-casas-no-complexo-da-mare-rio.ghtml>. Acesso: 7 mai 2021.

intencional, seja pelo desmonte de políticas públicas que defendam o direito à memória, esses fragmentos também liberam carga tóxica: podem ser lidos como uma tentativa de ferir tecidos comuns, ainda que plurais.

O poeta Carlos Drummond de Andrade nos inspira a pensar a coleção de cacos de louças como uma metáfora de outro projeto de memória em um mundo que enquizila. Ele também nos lembra do ato de lavar como constitutivo da coleção. Nesse sentido, defendemos um Ensino de História que considere o percurso investigativo como fundamental para a formação dos olhares e leituras do mundo. Nosso ato de lavar exige ferramentas apropriadas e disposição ao método, à vagarosidade, ao prazer das pequenas descobertas. Muitas vezes, sabemos, que as demandas curriculares por conteúdos factuais e conceituais tem nos impingido a priorizar apenas os cacos e não a lavra. Entretanto, como preparar nossos estudantes para outros cenários e para a fricção constante do presente em relação às temporalidades se não partilharmos o caminho do ofício?

“Escondo-a de José, por que não ria nem joque fora esse museu de sonho”.

Eis aqui os cacos apontando para futuros sonhados. Em livro póstumo, Paulo Freire nos sacode para o potencial do sonho como antecipação do saber de amanhã e nos previne contra o pouco caso da imaginação no ato de conhecer. Em suas palavras, “seres programados para aprender e que necessitam do amanhã como o peixe da água, mulheres e homens se tornam seres “roubados” se se lhes nega a condição de partícipes da produção do amanhã” (FREIRE, 2014, p. 77). Imaginar outras coleções, preservá-las do riso e do descarte, podem ser caminhos para uma postura atitudinal no Ensino de História que valorize a imaginação e a capacidade de se mobilizar na defesa de outras narrativas, fugindo do fatalismo neoliberal.

Assim, como proteger essas coleções singulares do riso e do descarte do senso comum, que hoje infelizmente ocupa protagonismo no atual governo? Como a escola pode estimular e atuar nas micro-lavras de utopias? Esperamos que as resistências, reinvenções e apropriações apresentadas possam inspirar uma retomada da perspectiva do patrimônio como processo permeado de disputas, chamas e sangue. Que, assim, possamos atuar com o cuidado que essas coleções de cacos que se apresentam nas escolas e na sociedade sejam apreciadas com o olhar da novidade, da curiosidade e do assombro, em direção a concepções mais plurais e democráticas de patrimônio. Essas perguntas, afinal, dividimos com vocês, na certeza de que “alerta, desperta, ainda cabe sonhar”³.

³ Trecho da “Cantata para um bastidor de utopia”, peça teatral da Cia do Tijolo, dirigida por Rogério Tarifa e Rodrigo Mercadante. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Fml7N8Tvv-0&ab_channel=CiadoTijolo. Acesso: em 8mai 2021.

Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond. *Esquecer para lembrar*: Boitempo III. Rio de Janeiro: Sabiá, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BUCK-MORSS, Susan. *O presente do passado*. Florianópolis: Cultura e barbárie, 2018.
- CHAGAS, Mario. *Língua de fogo ou antes que o mundo acabe*. Rio de Janeiro: RTC Edições e Publicações, 2008.
- CHAGAS, Mario. *Há uma gota de sangue em cada museu*. A ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.
- FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.
- FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: FREUD, Sigmund. *Artigos sobre metapsicologia*. Rio de Janeiro: Imago, 2004. p. 89-104.
- FONSECA, Gabriela da. *Vandalismo é patrimônio: o quadro de Pedro II no Museu Histórico Nacional (2018-2019)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2019.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir*. A educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 211-228, 2015.
- KNAUSS, Paulo. A festa da imagem: a afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX. *19^o20*, Rio de Janeiro, v. V, n. 4, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.dezenovevinte.net/obras/pknauss.htm>>. Acesso em: 06 mai 2021.
- KNAUSS, Paulo. *Imagens urbanas e poder simbólico nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História, 1998.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-42, jan. 1994. ISSN 1982-0267. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5289>>. Acesso em: 14 mai 2018.
- PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. *O Rio de Janeiro e o Morro do Castelo*: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais. Niterói: UFF, Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

- RAMOS, Francisco Régis. *Em nome do objeto: Museu, memória e Ensino de História*. Fortaleza: Imprensa Universitária–UFC, 2020.
- TEIXEIRA, Sandra Maria de S. Museu das Remoções: moradia e memória. In: SOARES, Bruno Brulon. *Descolonizando a museologia*. 1. Museus, Ação Comunitária e Descolonização. Comitê Internacional para a Museologia – ICOFOM, 2020. p. 226-238.